

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Brasília no ritmo das urnas



LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO/IMAGEM&CO/IC

O Congresso Nacional continua funcionando, mas Brasília já mudou de ritmo. A três meses das eleições, deputados e senadores passam cada vez mais tempo nos estados, inaugurando obras, visitando municípios, participando de encontros partidários e fortalecendo alianças políticas. O resultado é um plenário esvaziado e uma agenda legislativa cada vez mais seletiva. Congresso reduz confrontos e parlamentares intensificam agendas nos estados, enquanto decisões estratégicas ficam para depois das eleições.

Tempo de cautela

As presidências da Câmara e do Senado têm evitado pautar temas capazes de provocar grandes divisões políticas. O objetivo é preservar o ambiente institucional e impedir que matérias sensíveis acabem transformadas em instrumentos da disputa eleitoral. Questões que mobilizam diferentes setores da sociedade continuam em debate, mas muitas delas deverão avançar apenas após o pleito de outubro.

Prioridades em revisão

Isso não significa paralisação. Comissões permanentes e especiais seguem trabalhando, audiências públicas continuam sendo realizadas e projetos relevantes permanecem em discussão. Entretanto, as prioridades mudaram. O calendário político passou a influenciar diretamente a velocidade das votações e a construção dos acordos entre governo e oposição.

Política além das fronteiras

A tensão comercial entre Brasil e Estados Unidos ilustra bem essa nova realidade. Um tema originalmente econômico passou a ocupar o centro do debate político. Tarifas, comércio exterior, sistema de pagamentos eletrônicos, relações diplomáticas e interesses eleitorais, passaram a dividir o mesmo espaço nas discussões nacionais. A expectativa é que a decisão americana sobre novas tarifas mantenha o assunto em evidência nas próximas semanas.

Campanha antecipada

Nos bastidores, parlamentares admitem que a campanha já influencia praticamente todas as decisões relevantes. Poucos querem assumir posições que possam causar desgaste junto ao eleitorado ou comprometer alianças estaduais. O resultado é um ambiente de maior prudência, onde o cálculo político frequentemente antecede a votação.

O desafio institucional

O segundo semestre exigirá equilíbrio entre a legítima disputa eleitoral e a responsabilidade institucional. O País continuará enfrentando temas de grande impacto – economia, segurança pública, relações internacionais e contas públicas – que não podem ficar subordinados exclusivamente ao calendário das urnas. O eleitor espera campanhas, mas também espera decisões.

Mudança silenciosa

Quem acompanha diariamente o Congresso percebe uma mudança silenciosa. Os corredores continuam movimentados, porém as conversas já giram menos em torno das votações e muito mais sobre pesquisas, alianças, candidaturas e estratégias regionais. Brasília começa a viver, oficialmente, o tempo da política eleitoral.

Plano Diretor deve ir à sanção na próxima semana

Redação do texto passou por ajustes finais no Legislativo municipal

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

Desde a aprovação do Plano Diretor da Capital, em 13 de maio, técnicos da Câmara de Vereadores trabalham no texto final da nova legislação, ajustando a redação e incluindo as emendas aprovadas. Na próxima semana, última antes de se iniciar o recesso parlamentar, há previsão de a versão final ser enviada à sanção do prefeito Sebastião Melo (MDB).

Grande parte das sessões do primeiro semestre na Câmara foi dedicada à discussão do plano. Os parlamentares debateram cerca de 500 emendas pro-

postas ao texto original, que foi dividido entre o Plano Diretor Urbano e Sustentável, aprovado em 23 de abril, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que foi aprovada na plenária em 13 de maio.

A nova legislação altera aspectos centrais do planejamento urbano da cidade para a próxima década, como recuos, altura e zoneamento. A partir da sanção do prefeito, ficam permitidas construções de até 130 metros em áreas como Centro Histórico e 4º Distrito, o equivalente a cerca de 45 andares.

Já no bairro Menino Deus, as edificações podem ser de até 60 metros em áreas antes restritas a 33 metros. Outra mudança é a isenção da taxa de permeabilidade no 4º Distrito, região

fortemente afetada pelas cheias de 2024. A taxa determina o percentual mínimo do terreno que deve permanecer livre para a infiltração da água da chuva no solo.

Com a redação finalizada, a Comissão de Constituição e Justiça deve homologar o texto e, posteriormente, entregar ao prefeito. Ainda não há uma definição, mas o presidente da Câmara, Moisés Barbosa (PSDB), está acertando uma data para o início da próxima semana.

O prefeito tem 15 dias para se manifestar, o que deve ocorrer de forma rápida já que a gestão é favorável a grande parte das mudanças. Caso ocorra o veto de alguns itens, o texto volta ao Legislativo.

TÂNIA MEINERZ/JC



Altura dos edifícios, mobilidade e zoneamento da cidade foram temas discutidos no Legislativo da Capital

Aprovada PEC sobre aposentadoria compulsória

/ CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da aposentadoria compulsória como punição para juízes, desembargadores e membros do Ministério Público.

No final de junho, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou uma decisão da corte que acabou com a possibilidade de um juiz ser aposentado

compulsoriamente como punição e continuar ganhando seu salário. A ideia da PEC é dar mais segurança jurídica a essa determinação ao incluí-la na Constituição e evitar que fique sujeita a eventuais mudanças de entendimento pelo Judiciário.

A proposta do Legislativo foi aprovada em votação simbólica, sem contagem de votos, e agora deverá passar por uma comissão especial, que ainda será criada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), antes de ser enviada ao plenário. O texto foi relatado pelo deputado federal Helder

Salomão (PT-ES).

O texto aprovado na CCJ prevê que magistrados e promotores e procuradores do Ministério Público não terão direito a receber vencimentos proporcionais, como ocorre no caso da aposentadoria, se forem afastados permanentemente de suas funções. Pelo novo texto, esses servidores podem perder o cargo sem salário se ação judicial transitada em julgado determinar que eles devem ser dispensados.

O texto partiu do Senado, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE).